

As 3 hipóteses para as contas externas

O governo divulgou, ontem, durante reunião do Conselho Monetário Nacional, um documento de 18 laudas, intitulado "Política do Setor Externo", contendo três "hipóteses de trabalho" para o balanço de pagamentos deste ano, sendo que a primeira, chamada "básica", contempla um "superávit" de US\$ 1 bilhão na conta de comércio, com exportações de US\$ 26 bilhões e importações de US\$ 25 bilhões, incluindo US\$ 9,8 bilhões de petróleo; pagamento de US\$ 6,7 bilhões de juros e US\$ 8 bilhões de amortização da dívida externa; um "déficit" em conta-corrente de US\$ 10 bilhões e empréstimos em moeda de US\$ 13 bilhões.

A segunda hipótese prevê uma balança comercial equilibrada em torno de US\$ 25 bilhões para exportações e importações; um "déficit" em transações correntes de US\$ 11 bilhões e empréstimos em moeda de US\$ 14 bilhões, com os demais itens idênticos ao da primeira hipótese. Na terceira hipótese, o governo estima um "déficit" comercial de US\$ 1 bilhão, com as exportações alcançando apenas US\$ 24 bilhões e as consequências daí decorrentes no "déficit" em conta-corrente, estimado em US\$ 12 bilhões e na captação de empréstimos em moeda, avaliada em US\$ 15 bilhões.

Quanto aos demais indicadores da situação externa, o governo estima que a dívida externa alcançará US\$ 60 bilhões este ano, contra US\$ 54,4 bilhões do ano passado; as reservas manterão o mesmo limite de dezembro de 1980, ou seja, US\$ 6,9 bilhões, o que significará uma dívida líquida de US\$ 53,1 bilhões, contra US\$ 47,5 bilhões em 1980; o serviço da dívida alcançará US\$ 14,7 bilhões, contra US\$ 12,9 bilhões em 1980; a relação dívida líquida/exportações evoluirá de 2,36 em 1980 para 2,04 em 1981, enquanto a relação serviço da dívida/exportações, passará de 0,64 em 1980 para 0,56 em 1981, representando uma ligeira melhoria para os dois últimos indicadores de credibilidade externa.

A ESTRATÉGIA

Segundo a estratégia governamental, o rigor na execução das políticas monetária e fiscal, já definidas pelo governo especialmente na formulação do orçamento monetário para 1981 (50% da expansão monetária) e na fixação de tetos para os despendos das empresas estatais (73% de crescimento em 1981), deverá refletir-se positivamente na balança comercial, com a demanda agregada sendo amortecida, o que reduzirá a procura de importações.

Além disso, "a estocagem especulativa de produtos importados será dificultada pela contenção do crédito e flexibilização das taxas de juros"-na verdade, a liberação, conforme anunciada ontem. Sustenta o documento que a poupança interna, sob o estímulo do novo enfoque para a correção monetária e para as taxas de juros, deverá ser ampliada, inibindo o crescimento do consumo, com o que parcela maior do PIB poderá ser destinada à exportação.

Simultaneamente, reduzir-se-á o hiato de recursos com menor pressão sobre os financiamentos externos, o que será facilitado pelos resultados obtidos em 1980, com a base monetária caindo de uma taxa de expansão de 84% em 1979 para 54%, e os meios de pagamentos de 74% para 70%. Destaca também, o documento, a acumulação de um "superávit" efetivo de caixa

de Tesouro de cerca de Cr\$ 313 bilhões (correspondentes a US\$ 5 bilhões) em contraste com um "superávit" de Cr\$ 2,3 bilhões em 1979, utilizado para financiar subsídios implícitos do orçamento monetário.

Segundo a mesma estratégia, a política cambial será administrada de forma a sustentar a competitividade das exportações, com a manutenção das minidesvalorizações a intervalos curtos e incertos e a flexibilização das taxas de juros domésticos, conciliando os objetivos de melhoria da balança comercial com as necessidades de estimular a captação de recursos externos pelo setor privado.

Em relação à política comercial, dois serão os pontos básicos da estratégia/81: primeiro, a contínua diversificação de produtos e mercados, de modo a assegurar a expansão das exportações, mesmo em períodos de menor crescimento do comércio e da economia mundiais; segundo, o esforço para ampliar o acesso das pequenas e médias empresas ao mercado internacional, de modo a utilizar com eficiência as margens de capacidade ociosa muitas vezes ali existentes.

A política energética, estimulando a economia de petróleo e viabilizando o desenvolvimento de fontes alternativas de energia, e a política de desenvolvimento agrícola, dando maior contribuição ao crescimento das exportações e à substituição de importações, são consideradas essenciais ao ajustamento da economia à crise do petróleo.

FINANCIAMENTO DO BP

O governo também instituiu uma estratégia para a política de financiamento do balanço de pagamentos, que considerará os seguintes aspectos: manutenção dos estímulos à captação de recursos externos pelo setor privado; uso intenso dos mecanismos de "supplier's credits", agora reforçados pela implementação da Resolução 638 do Banco Central, que torna compulsório o financiamento de grande parceria das importações; continuidade e aprimoramento de mecanismos de refinanciamento das exportações, negociando-se os papéis representativos das exportações financiadas; diversificação de mercados, com destaque para a ampliação do relacionamento com os países árabes; diversificação de instrumentos como "commercial papers", "leasing" e outros, e contínua busca de novas fontes de recursos; administração da absorção de recursos pelo setor público de maneira coerente, com o disciplinamento dos seus investimentos, com as prioridades setoriais (agricultura, energia e exportações) e a minimização do ritmo de expansão da dívida externa.

A "hipótese básica" do balanço de pagamentos sugerida pelo governo estabelece que dos US\$ 26 bilhões a serem exportados em 1981, os produtos primários contribuirão com US\$ 11 bilhões e os industrializados US\$ 15 bilhões, incluindo as transações especiais mas excluindo açúcar cristal e refinado e café solúvel.

Os investimentos de risco (líquidos) são estimados em US\$ 2 bilhões, contra US\$ 1,2 bilhão do ano passado, e os financiamentos de organismos internacionais, agências governamentais e "supplier's credits" em US\$ 3 bilhões, incluindo-se nesse valor os financiamentos brasileiros ao Exterior, em termos líquidos.